

A Sociologia dos Movimentos Sociais e a Sociologia Política Internacional

Bruno Veillard⁶

Resumo

O artigo possui o objetivo de realizar um diálogo interdisciplinar entre as Relações Internacionais e a Sociologia. A partir da perspectiva dos Movimentos Sociais avança-se na ponderação das conexões existentes entre as ações da sociedade civil e as lutas políticas, às quais perpassam as relações entre o âmbito doméstico e o âmbito internacional. Por fim observa-se que as contradições e interdependências de ambas as áreas constituem-se em elemento central, pois proporcionam o pensar de soluções coletivas para além das fronteiras nacionais, e, sobretudo, a ascensão da Sociologia Política Internacional, tal como sub-disciplina que permite a análise de contextos e tomada de decisões mais eficazes.

Palavras-chave: Sociologia; Movimentos Sociais; Relações Internacionais; Sociologia Política Internacional; Diálogo.

Introdução

O objetivo deste trabalho é realizar uma discussão teórica entre as disciplinas de Sociologia dos Movimentos Sociais e de Relações Internacionais com o propósito de analisar as confluências no âmbito do fenômeno da globalização. Dar-se-á ênfase nas contribuições autorais de (GOHN, 2011), (VIEIRA, 2011), (VIEIRA; ROEDEL 2002) e (BRINGEL; MUÑOZ, 2010) na área de Sociologia, e de (COHN, 2003), (FREUND, 2003), (BIGO, 2013), (HOLEINDRE, 2012), e (CÁPRIO, 2011) na área de Sociologia Política Internacional (SPI). Como hipótese de pesquisa privilegia-se a indagação: é possível um diálogo entre as disciplinas de Sociologia dos Movimentos Sociais e as Relações Internacionais ?

⁶ Bacharel em Relações Internacionais e Mestre em Sociologia Política pelo UCAM-IUPERJ

A Sociologia dos Movimentos Sociais e as Relações Internacionais

O que é um movimento social ? É basicamente um grupo que luta a favor de determinado interesse e que não faz parte da estrutura do Estado. Nessa linha observa-se diversas vertentes de atuação cujo início envolveu uma abordagem íntima com o território, ou seja, os movimentos sociais intensificaram-se a partir de um estado de disputa de poder dentro do próprio Estado.

As ações coletivas buscam emancipação social e a oportunidade de aplicação de suas propostas democráticas, por vezes contesta pela oposição de terceiros grupos, no âmbito do espaço do Estado. Dessa forma emergem categorias discursivas que visam lutar a favor de uma cidadania, sustentabilidade, justiça social as quais prezam pela valorização de identidades, conforme (GOHN, 2011, p.3) afirma:

Cada grupo atua em seu espaço – territorial/geográfico, linguístico, étnico, socioeconômico; com seus problemas, interlocutores, políticas, mediações, etc. Alguns movimentos autodenominam-se como movimentos territoriais. Ou seja, o território torna-se um referente central para os projetos de agregação das ações coletivas.

Na atualidade persistem as práticas de movimentos sociais com ênfase no território, entretanto uma perspectiva diferente começou a surgir como forma de resistência a orientação liberal e de mercado com o objetivo de construção de alternativas frente a dominância não somente do Estado nacional, mas também das instituições multilaterais.

Esses movimentos receberam a titulação de antiglobalização e ampliam-se a partir dos protestos contra a reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Seattle, nos Estados Unidos, em 1999. O movimento antiglobalização aglutinou diferentes grupos de causa os quais possuíam como descontentamento básico a atribuição dos supostos efeitos negativos do neoliberalismo, conforme (BRINGEL;MUÑOZ, 2010, p.29) afirmam:

Entendemos o movimento antiglobalização, num sentido amplo, como

um movimento social global que aglutina redes e movimentos sociais diversos (ambientalistas, feministas, sindicais, de defesa dos direitos humanos, entre outros) para além de suas diferenças, com uma perspectiva que une o local e o global, construindo identidades coletivas multireferenciais que superam o Estado-nação e uma luta comum contra a globalização neoliberal a quem responsabilizam as múltiplas problemáticas contra as que se mobilizam.

De acordo com (BRINGEL; MUÑOZ, 2010, p.30) a composição identitária do movimento é múltipla e perpassa o entendimento tradicional, pois abrange a percepção de eixos ideológicos e graus de institucionalização distintos, um posicionamento em relação ao Estado bastante heterogêneo, e uma concepção discrepante muitas vezes com a própria realidade geográfica. Ou seja, são partidos políticos, sindicatos, associações, e indivíduos de tendência política socialista, e com afinidades variantes entre a social-democracia e o anarquismo que atuaram, em Seattle, originários por vezes de culturas políticas opostas da defesa de seus interesses.

A inserção dos movimentos sociais no contexto internacional não representa um esgotamento das possibilidades de disputa no Estado, mas, sim, um aperfeiçoamento dos modos de operacionalização dos grupos de interesse muitas vezes com forte associação partidária e socialista em suas origens históricas, conforme (GOHN, 2011, p.5) destaca: *“O autor destaca a questão da autonomia como um problema-chave – a debilidade da autonomia em relação às estruturas de poder, porque existia, segundo Mirza, um vínculo histórico entre os movimentos sociais e os partidos políticos”*.

Ainda na linha de estímulo de movimentos sociais reestruturados contra a perspectiva neoliberal (VIEIRA; ROEDEL, 2002, p.29-30) apontam que a globalização favorece a alienação de quem trabalha e transforma o homem em mercadoria para o capital, visto que:

Apesar da conjuntura desfavorável que o consenso neoliberal erigiu no mundo “globalizado” [...] a continuidade da luta de classes resultou em reestruturação dos movimentos políticos de esquerda, não mais centrados, unicamente, em sindicatos ou partidos políticos, mas sim na constituição de movimentos sociais cuja bandeira de luta, em um primeiro momento, não se prende à tomada do poder pela via revolucionária, defendendo sim, rupturas com determinadas instâncias da sociedade capitalista.

Compreende-se que a pauta dos movimentos antiglobalização constituem-se menos de perspectivas ideológicas e mais de pragmatismo, visto que a carência de diálogo mútuo e o funcionamento da própria lógica neoliberal e dos movimento sociais tendem a causar um entorpecimento de sentidos entre os atores.

Algumas visões de mundo adotam o entendimento da existência de um enfraquecimento do Estado a favor das instituições multilaterais, enquanto outros advogam a ascensão de uma sociedade civil global, entretanto percebe-se que um dos principais fatores para a discordância é o desconhecimento da linguagem da Sociologia dos Movimentos Sociais (SMS) e das Relações Internacionais (RI) pelos sujeitos atuantes nas respectivas disciplinas.

No tangente a situação (VIEIRA, 2011, p.2) salienta duas perspectivas: o recuo da capacidade do Estado como agente de decisão política, seja pela emergência do poder financeiro, ou mesmo da transferência de parcela do poder estatal para organizações internacionais, e a ascensão de uma sociedade civil global encabeçada por valores universais e ao mesmo tempo engajada na luta por interesses coletivos.

Neste quesito entende-se que a maior das dificuldades para a compreensão da dicotomia globalização e antiglobalização são os postulados disciplinares que balizam a SMS e as RI's. Ambos possuem o Estado como ator principal, mas divergem na percepção de atuação a exemplo da questão das organizações internacionais.

Para os sociólogos políticos as instituições multilaterais são vistas como entes supranacionais as quais devem obrigar os Estados a tomarem certas atitudes, entretanto esta é uma visão distorcida da realidade das Relações Internacionais, visto que somente a União Europeia (UE) possui parte de seu ordenamento jurídico na supranacionalidade, e, portanto, tem poder para obrigar um Estado a seguir suas regras. No âmbito geral não existem mecanismos obrigatórios ao Estado, ou seja, a Organização das Nações Unidas (ONU), por exemplo, não tem papel de política internacional.

Os movimentos sociais incorporam a concepção de que as instituições internacionais impõem suas diretrizes neoliberais sobre os demais Estados e aglutinam essa visão ao movimento antiglobalização, todavia é justamente essa

a falta de compreensão que vê-se como prejudicial ao êxito pleno, visto que elas estão em desarmonia com a realidade.

O oposto também constitui-se em fator de alerta, já que em Relações Interacionais o Estado tem primazia da atuação, e o papel dos indivíduos e de entidades coletivas é posto em segundo plano. As Organizações Não Governamentais (ONG'S) e diversos movimentos sociais utilizam estratégias de constrangimento para produzirem efeitos de boomerang (VIEIRA, 2011, p.8), porém o espaço para o debate exclusivo com o terceiro setor é pequeno, e permanecerá limitado caso a linguagem continue a permanecer difusa pelo advento da heterogeneidade.

A construção de uma governança e de sociedade civil global encontra-se em andamento, mas as mesmas não possuem poder para fazer cumprir os seus anseios, pois o plano internacional é regido pelos Estados e o caráter universalista dos movimentos sociais tende a chocar-se com terceiras perspectivas culturais, conforme (VIEIRA, 2011, p.4) afirma:

Embora alguns autores utilizem o termo global referindo-se a estas ações, muitos ressaltam que o termo global deveria se referir especificamente a relações que envolvessem o mundo como um todo [...] o que há são relações que ultrapassam fronteiras nacionais, mas que frequentemente deixam de fora partes substantivas do planeta como, por exemplo, o Oriente Médio e a África Sub-saariana.

A Sociologia Política e a Sociologia Política Internacional

A sociologia compreensiva de Max Weber constitui-se em fator preponderante para o entendimento do papel dos indivíduos na sociedade, pois a análise centra-se a partir da afirmação de inexistência de verdades absolutas, e dá ênfase a compreensão interpretativa da ação social, conforme (COHN, 2003, p.26): *“Para Weber a Sociologia é ‘uma ciência voltada para a compreensão interpretativa da ação social e, por essa via, para a explicação causal dela no seu transcurso e nos seus efeitos’”*.

O conceito de ação social weberiano dá primazia a ação dos indivíduos na esfera social por serem os sujeitos capazes de gerar a produção de sentido. (COHN, 2003, p.29). Nessa perspectiva a abordagem de Weber introduz uma

valorização do indivíduo pelas vias da metodologia, visto que para o mesmo somente o homem é capaz de dar sentido a ação social, conforme (FREUND, 2003, p.72 e 73-74): *“Diferentemente da explicação puramente naturalista, o objetivo peculiar à compreensão é sempre captar o sentido de uma atividade ou de uma relação. [...] Compreender, pode-se dizer, é captar a evidência ao sentido de uma atividade”*.

A atividade social é o âmago do pensamento de Weber sobre o comportamento dos indivíduos e seus reflexos para as interpretações sociológicas, visto que, conforme (FREUND, 2003, p.78):

Entendemos, diz Weber, por atividade um comportamento humano [...]. sempre que o agente ou os agentes lhe comunicam um sentido subjetivo. Por atividade social entendemos a que, segundo o sentido visado, o agente ou os agentes relacionam com o comportamento de outrem para orientar, em consequência, seu desenvolvimento.

Percebe-se que a lógica da sociologia compreensiva é analisar as questões a partir da produção de sentido das ações sociais, e dessa forma produzir conhecimento mediante ao respeito da autonomia das esferas científicas. Entretanto percebe-se que na atualidade as disciplinas científicas tornaram-se fechadas em si mesmas cujo resultado dificulta a ampliação de novas percepções analíticas. Essa realidade é presente na Sociologia Política e nas Relações Internacionais devido ao apego aos paradigmas dominantes os quais conduzem a produção epistemológica da Sociologia a limitar-se ao aspecto doméstico estatal, e as Relações Internacionais a dificuldade de incluir maior integração com os fenômenos sociais.

Em meio a esse conflito discursivo que perpassa o interior e o exterior das referidas áreas de conhecimento apresenta-se a possibilidade de articulação entre ambas as disciplinas por meio de uma abordagem na Sociologia Política Internacional (SPI). Para tal observa-se o pensamento de Raymond Aron, um dos pioneiros na tarefa, o qual buscou formular um diálogo interdisciplinar fazendo uso das teorias weberianas com a finalidade de compreender os sentidos contidos nas ações dos atores, conforme (HOLEINDRE, 2012, p.41):

Assim, afirma prezar a epistemologia weberiana, considerando as ciências sociais como a compreensão dos sentidos das ações sem exigir o estabelecimento de leis nem a afirmação de um determinismo macroscópico. Para Aron, o grande mérito de Weber, comparativamente a Durkheim, é o de incluir na sociologia a ação política nas suas relações com o contexto social e as escolhas filosóficas últimas.

Para Aron o objetivo não é formatar um paradigma teórico capaz de identificar uma explicação única para os fenômenos internacionais, e, sim, tornar inteligível e compreensível os fatos políticos de acordo com o modelo weberiano, visto que sociologicamente os tomadores de decisão do Estado não cumprem suas funções sem terem valores, conforme (HOLEINDRE, 2012, p.43): *“Os grupos sociais, dentro de cada Estado, compõem o campo de força no qual se situa o diplomata; a representação do outro que cada um dos protagonistas tem em mente é um dos elementos da conjuntura; as organizações internacionais podem e devem ser analisadas segundo os métodos da sociologia”*.

Sociologia dos Movimentos Sociais e Sociologia Política Internacional

A SMS contribui para dinamizar os processos democráticos ao exporem pautas novas e reativarem causas antigas no interior dos Estados, entretanto a globalização possibilitou a transcendência do território e muitos movimentos tornaram-se transnacionais. Com o destaque para a atuação em redes os movimentos sociais lograram um espaço que o Estado-nação não explorou e ampliaram a perspectiva do exercício do poder, conforme afirma (CAPRIO, 2011, p.3): *“Não que a territorialidade tenha se dissolvido, mas ela foi atingida não apenas na sua pretensão de definir um quadro de soberania como também na sua vocação de controlar de forma determinante as ações e relações sociais”*.

O papel das redes transnacionais é um dos maiores propulsores dos movimentos sociais e ao mesmo tempo compartilha espaço de diálogo com a SPI, visto que ambos encontram-se entrelaçados pelo cosmopolitismo e pelas influências da globalização.

É exatamente nessa questão que observa-se a interdependência disciplinar e o olhar construtivista e empiricista da SPI (BIGO, 2013, p.179), ou seja, no sentido de desconstruir pretensões essencialistas, tal qual abrange o pensamento weberiano, e empírica com o propósito de fazer análises a partir de bases sociológicas e históricas a revés de categorizações abstratas. Epistemologicamente a SPI visa analisar as questões de modo transversal e

reflexivo sem a preocupação de antecipação das ações dos sujeitos, conforme afirma (BIGO, 2013, p.180):

O reconhecimento por parte dos autores contemporâneos de SPI de que elas [construtivismo e empiricismo] não podem existir independentemente uma da outra é o que vem tornando possível uma perspectiva diferente sobre como analisar “problemas”, concentrando-se em “práticas” específicas e sendo reflexivo sobre tais práticas, ao ponto de talvez des-disciplinar a pesquisa e abri-la na direção de uma interdisciplinaridade construída ao redor de uma abordagem relacional-processual.

Os movimentos sociais alcançam maior poder de decisão no plano internacional, à medida que conseguem dialogar com os entes oficiais, independentemente de serem esses Estados ou organizações internacionais, mas para tal é preciso que a interdisciplinaridade entre a SMS e a SPI ocorra e a perspectiva paradigmática e de teorias prontas não sejam os vetores chave para as análises.

A possibilidade de mudanças sociais somente pode ser feita mediante a modificação de determinado fator discursivo seja ele em nível doméstico ou no nível internacional, visto que é dessa forma que adquire-se poder para posterior uso, conforme afirma (CAPRIO, 2011, p.5): *“O poder na cena internacional contemporânea deve ser visto a partir da imbricação estabelecida entre atores públicos e privados, pois é no bojo deste processo que se dá a construção de relações de poder”*.

As ações que são feitas no plano internacional seguem regras análogas às que são produzidas no âmbito doméstico, e nessa questão transparece a importância não somente de uma confluência disciplinar, mas também da participação de setores da sociedade civil como entes impulsionadores da atividade social. O comportamento coletivo atribui com um sentido para as ações sociais no nível doméstico e internacional, e dessa forma permite-se que um entrelaçamento entre ambos os níveis ocorra, conforme (PUTNAM, 2010, p.151):

Na verdade, em quase todas as questões importantes, os tomadores centrais de decisão discordam a respeito do que o interesse nacional e o contexto internacional demandam. [...] Eles mostraram, como todo o negociador experiente, que o pressuposto do ator unitário é com frequência radicalmente enganoso.

No que tange a SPI o modelo da sociologia compreensiva é relevante, pois permite analisar os contextos incluindo percepções diferentes da realidade

social, e promove a articulação entre a Sociologia Política e a SMS ao analisar os elementos de contradição nas esferas de conhecimento, conforme (BIGO, 2013, p.176):

Ao trabalhar as contradições que são levantadas quando, por um lado, as RI não são tomadas como uma disciplina independente com seus próprios objetos e métodos e, por outro, a sociologia não reduz sua análise à sociedade dentro das fronteiras dos Estados, abre-se espaço para um entendimento da política que vai além daquele presente na ciência política.

Existem conexões de maior sofisticação entre a sociedade civil e o campo da política internacional as quais não escapam do âmbito dos conflitos e lutas políticas, visto que os sujeitos possuem seus interesses. (PUTNAM, 2010, p.150). A metáfora de Putnam sobre os jogos de dois níveis é funcional para todas as áreas que envolvem tensões e negociações, domésticas e internacionais, no âmbito da Sociologia Política e da SPI, visto que os atores demandam participação e reconhecimento de suas causas, conforme (MESQUITA, 2012, p.291):

Para o governo Lula, o diálogo do Governo Brasileiro com a sociedade civil tem sido importante no esforço de construção de relações internacionais politicamente mais democráticas e economicamente mais equitativas, e com a mudança conceitual mais setores da sociedade civil começaram a fazer parte do processo da política externa brasileira, participando de inúmeras atividades em conjunto com o MRE.

Conclusão

Conclui-se este trabalho retomando a hipótese apresentada a partir do questionamento de um possível diálogo entre a Sociologia dos Movimentos Sociais e as Relações Internacionais o qual afirma-se ser verdadeiro mediante a confluência da globalização como espaço de meio para a atuação dos sujeitos. Entretanto ressalve-se que para a contribuição de análises mais ricas é preciso flexibilizar os eixos paradigmáticos da Sociologia Política e das Relações Internacionais com o propósito de construção de perspectivas na área de Sociologia Política Internacional. Dessa forma ambas as disciplinas poderão ter uma compreensão de maior sofisticação por meio do conceito de ação social de Weber, e terão modelos distintos para finalidades práticas com maior coerência.

Referências bibliográficas

BIGO, Didier. **A Sociologia Política Internacional da Grande Síntese**: como articular relações entre as disciplinas de Relações Internacionais, Sociologia e Teoria Política. Contexto Internacional. Rio de Janeiro, vol.35, n.1, janeiro/junho 2013, p.173-195.

BRINGEL, Breno; MUÑOZ, Enara. Dez anos de Seattle, o movimento antiglobalização e a ação coletiva transnacional. Ciências Sociais Unisinos 46 (1): 28-36, janeiro/abril 2010.

CÁPRIO, Marcos. **Sociologia das Relações Internacionais**: potenciais de uma abordagem, en Contribuciones a las Ciencias Sociales, Mayo, 2011.

COHN, Gabriel. (org.). Max Weber: **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1979. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, v. 13). Editora Ática. São Paulo, 2003.

FREUND, Julien. “A sociologia compreensiva”. In: Sociologia de Max Weber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias sobre os movimentos sociais**: o debate contemporâneo. Sociedade de Sociologia Brasileira (SBS), 2011.

HOLEINDRE, Jean-Vincent. **Raymond Aron e a Sociologia das Relações Internacionais**. Relações Internacionais. Setembro: 2012 (35) pp. 35-45.

MESQUITA, Ribeiro Lucas. **Sociedade civil e Política Externa Brasileira**: os espaços participativos na PEB contemporânea. OIKOS, Rio de Janeiro, Vol. 11, n.2, 2012.

PUTNAM, Robert. **Diplomacia e Política Doméstica**: a lógica dos jogos de dois níveis. Revista Sociologia Política., Curitiba. Vol. 18, N.36, jun/2010.

VIEIRA, Costa da Antônio Fernando; ROEDEL, Hiran. Desafios dos movimentos sociais em tempos de globalização. Revista Outubro, n.7, 2002.

VIEIRA, Braga Flávia. Movimentos sociais e globalização: Novas formas de articulação internacional “Desde baixo”. XV Congresso Brasileiro de Sociologia 26 a 29 de julho de 2011, Curitiba.